



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

“VOZES” DOCENTES: A PROPOSTA DO CICLO E SUA PRÁTICA EFETIVA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Zizelda Lima Fernandes*
(UESB)

RESUMO

Construído, prioritariamente, a partir das “vozes” dos/as professores/as da educação básica da rede municipal de ensino de Vitória da Conquista, este artigo enfoca a proposta pedagógica de ciclo e sua prática efetiva no contexto escolar. Nessa perspectiva, na tentativa de compreender os processos curriculares, foram analisados documentos que tratam da proposta de ciclo, os relevantes registros de professores/as, assim, como pesquisas e trabalhos realizados por Arroyo, 2004; Barreto e Mitrulis, 1999; Borborema, 2008; Cunha, 2003; Fernandes, 2005; Leite, 2010; Monfredini, 2006; Sampaio e Marin, 2004; dentre outros. No contexto do estudo realizado, se percebe que as “vozes” dos/as professores/as ressoam a “vida da escola”, apontando para questões de grande relevância na trama em que se ergue todo o currículo escolar.

PALAVRAS – CHAVE: Proposta de Ciclo, Práticas Curriculares, Vitória da Conquista.

INTRODUÇÃO

Entre divergências e convergências próprias do dinamismo escolar, vimos, por meio desse artigo, abordar questões básicas que, articuladamente, envolvem as dimensões organizacional, pedagógica e sócio-político-cultural da escola e refletem nas práticas curriculares. Nessa perspectiva, buscaremos realizar breves leituras da proposta pedagógica da rede municipal de Vitória da Conquista, que se

* Mestre em Ciências Sociais - PUC/SP. Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB-BA. Colaboradora no Projeto de Pesquisa Museu Pedagógico: uma interlocução com os problemas do cotidiano escolar. E-mail: zizafernandes@yahoo.com.br



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

fundamenta no Ciclo e suas possíveis respostas na prática efetiva da escola. Tomamos por base, para a realização desse estudo, não somente os documentos que tratam da proposta de ciclo como os registros de professores/as que atuam na rede municipal de ensino/educação básica e pesquisas/estudos realizados por Arroyo (2004); Barreto e Mitrulis (1999); Borborema (2008); Cunha (2003); Fernandes (2005); Leite (2010); Monfredini (2006); Sampaio e Marin (2004); dentre outros.

Nesse corpo organizativo, faremos breves considerações às formas de organização curricular: seriação e ciclo e ao atual ciclo implantado na rede municipal de ensino de Vitória da Conquista. Posteriormente, pontuaremos questões referentes às práticas curriculares a partir dos registros feitos pelos/as professores/as das escolas municipais que estão articuladas ao projeto de pesquisa “O Museu na Escola”.

Seriação & Ciclo: breves considerações

Por muito tempo, acreditou-se que o sistema de ensino baseado na seriação fosse a melhor forma ou talvez a única forma de organização escolar. Sequer questionava-se essa lógica, que vem desde a composição dos sistemas de ensino no século XVI. Arroyo (2004, p. 197) enfatiza que “surpreende-nos constatar que a organização escolar com que nos deparamos hoje é a mesma proposta há 464 anos atrás.”

Nas últimas décadas, essa rígida organização da seriação, especialmente quanto aos tempos e espaços, começou a ser questionada e repensada por aqueles que sentiam a necessidade de vencer os entraves existentes ao desempenho escolar, assim, como conceder um caráter acolhedor e incluyente às escolas. Dessa forma, evidenciando uma preocupação com o fracasso escolar e com a efetiva



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

aprendizagem das crianças e adolescentes, especialmente aquelas provenientes das camadas populares, muitos/as educadores/as sinalizam para a construção de práticas educativas que possibilitem um redimensionamento da lógica excludente, visível na organização curricular seriada. Segundo Krug e Azevedo (2000), a organização curricular, que tem por base o regime seriado, não permite aos alunos uma visão integradora dos saberes. Tudo é pensado separadamente, desarticulado do todo.

Cresceram o discurso para formas de flexibilização do percurso escolar. Nas décadas de 60 e 70, alguns estados brasileiros dão os primeiros passos rumo à organização do ensino em ciclo, na tentativa de superar a cadeia da repetência e evasão escolar. A partir da década de 80, com a retomada da democracia no Brasil, intensificou-se o debate sobre o redirecionamento da escola pública, especialmente no nível fundamental. Com a ascensão dos governos eleitos pelos partidos políticos de oposição, mais precisamente a partir de 1990, algumas medidas de reestruturação do ensino foram incorporadas nas políticas educacionais, com vistas a enfrentar o fracasso escolar nas escolas públicas (BARRETO; MITRULIS, 1999). Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, a sociedade brasileira se vê mobilizada para a discussão sobre o desencadeamento de uma nova política para a educação nacional. Em 1996, perante alguns entraves anteriores, impostos à participação da sociedade emerge a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394/96). Nesse aspecto, a atual LDB⁵⁰⁵ vem permitir inovações na estrutura curricular do ensino fundamental ao flexibilizar a sua organização.

⁵⁰⁵ Com a nova LDB, aparece no cenário o regime de Progressão Continuada, conforme Art. 32, parágrafo primeiro, que se propõe a superar as dificuldades e problemas decorrentes da seriação, destacando-se as questões da reprovação e repetência, intrinsecamente vinculadas ao fracasso escolar. Assim, a reprovação e o abandono escolar têm contribuído para aumentar a distorção idade/série entre os estudantes brasileiros (LEITE, 2005).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Para Fernandes (2005), a LDB 93994/96 aprecia a proposta pedagógica da escola baseada no Ciclo, considerando-a uma via de estruturação da educação básica, com destaque para a avaliação continuada, a aceleração dos estudos paralelos de recuperação e a matrícula dos alunos em séries ou etapas, conjugados com o seu desenvolvimento e experiência.

Como fruto dessa flexibilização, insere-se, em algumas escolas brasileiras, a perspectiva de organização curricular sob a forma de ciclos de formação (CUNHA, 2003). Nessa perspectiva, os documentos oficiais dos Parâmetros Curriculares Nacionais também apresentam uma “discussão alicerçada numa visão de escola como espaço de formação da cidadania e como proposta curricular” (CUNHA, 2003, p. 1).

A opção do regime de ciclos está sendo utilizada nas “propostas de reformas educacionais das administrações públicas municipais de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Belém, entre outras (CUNHA, 2003, p. 7). No entanto, é imprescindível destacar que a proposta de ciclo continua ganhando centralidade entre o que se define como objetivos e finalidades e a prática cotidiana da escola, como também que as experiências brasileiras com a proposta de ciclo são bastante variadas.

A proposta do Ciclo implantado na rede municipal de ensino de Vitória da Conquista

Partindo do pressuposto de que a escola carecia de uma organização curricular, bem distinta da que se vinha operando há muitos anos e, sustentando como justificativa a finalidade primordial de se empreender uma qualidade social à educação pública, com um ensino fundamental reconfigurado, a Secretaria de Educação do Município de Vitória da Conquista (SMED) inicia, no ano de 1998, a política de implementação da proposta de Ciclo nas escolas municipais. Nesse



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

momento histórico, sentindo despreparados/as para assumir esse trabalho, parte significativa dos/as professores/as da rede municipal não aprova a referida proposta, formando os “bolsões de resistência”. No transcorrer, da implantação à implementação propriamente dita, a demanda “contraciclos” se amplia cada vez mais. Para Leite (2010), “essa polêmica acontece diante do distanciamento entre o que é apresentado na proposta e as condições efetivas de operacionalização nas escolas e nas salas de aula”.

Para Moreira (2000, p. 127), uma proposta pedagógica é um “caminho em cuja construção devem se envolver todos os sujeitos interessados no processo [...] é sempre uma intenção, um projeto que adquire forma própria em cada escola e em cada sala de aula”. Portanto, toda e qualquer organização do trabalho escolar precisa estabelecer conexões com educadores e dirigentes da educação, precisa ser construída em coletividade (comunidade escolar), articuladas com o contexto sociocultural do/a aluno/a e com a sociedade, senão, será entendida numa perspectiva hierárquica e restrita.

Nos tempos atuais, a organização curricular das escolas municipais de Vitória da Conquista se encontra respaldada na Resolução 002/2009, que dispõe sobre a reorganização do ensino fundamental de nove anos em Ciclo de Aprendizagem. “Ciente” da necessidade de se repensar a organização curricular do ensino municipal, a Secretaria Municipal de Educação vem promovendo discussões que se pronunciam como fruto dos anseios dos/as profissionais da educação, assim como resultante da “vontade política” da gestão municipal. Na versão preliminar do Plano Municipal de Educação para o decênio (2010-2019), as principais prioridades das políticas públicas municipais estão direcionadas para a garantia e ampliação do ensino fundamental, para a valorização do/a profissional da educação e para questões básicas referentes ao ciclo.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

“Vozes” docentes: políticas e práticas do Ciclo implantado na rede municipal de ensino de Vitória da Conquista

No palco das reflexões e discussões, a organização curricular, baseada no ciclo, vem passando por muitas análises e avaliações. Apresentada como uma nova prática formativa capaz de superar os desafios da educação do nosso tempo, a proposta de ciclo, na prática, é inconsistente, pontuando dificuldades entre o proposto e a realização prática. A falta de alternativas significativas vem suscitando, na comunidade escolar, acadêmica, e na sociedade, um processo de “recuo” e “análises profundas” à proposta do ciclo, tendo em vista que as grandes desigualdades não deixaram de existir.

Para Fernandes (2005), “A escola organizada em ciclos, dadas as mudanças que exige, torna-se, mais do que as outras, uma escola em conflito, uma vez que diversos aspectos são postos em questionamento: a forma de avaliar, a maneira de entender o conhecimento, a didática utilizada, a organização dos tempos e dos espaços” (FERNANDES, 2005, p.79). Concorrem para essa afirmação as reflexões e posturas dos/as professores/as, as quais são ilustradas pelas suas “falas” nos diversos pontos abordados. Vejamos:

Um dos problemas na educação municipal é a ingerência da Secretaria nas escolas. Implantou os ciclos, a escola do campo e o EJA segmento II sem uma maior discussão com os professores e a comunidade atendida pelas escolas (PROFESSOR B, JULHO/2010).

Não temos projetos coletivos nas escolas. Não sabemos para aonde estamos indo e a Secretaria de Educação tem sido incapaz de dirigir o processo educativo na rede municipal de ensino de Vitória da Conquista, pois não cumpre seu papel de manter as escolas com o mínimo, infraestrutura e insumos necessários ao trabalho escolar” (PROFESSOR E, NOV./2010).

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

No contexto do estudo aqui realizado, reconhecemos que as “vozes” dos/as professores/as ressoam a “vida da escola”, apontando para questões de grande relevância na trama em que se ergue todo o currículo da escola. Constatamos uma forte tendência em considerar o/a professor/a como executor/a de políticas. Políticas essas já definidas, sem contar, ou contando bem pouco, com o seu conhecimento e participação. O grau de envolvimento dos atores sociais é um fator determinante no que diz respeito ao provável sucesso de qualquer proposta.

As “informações” ou “desabafos” dos/as professores/as apontam explicitamente para a imposição de determinações políticas, e para “modelos” de ensino aplicados de cima para baixo. Percebemos que os/as professores/as, envolvidos/as dia após dia com turmas do ciclo, ainda fazem uso da palavra “série”, o que comprova a carência do conceito da proposta curricular que se baseia em ciclo, como também que o tempo e espaço escolar continuam sendo compreendidos no contexto da seriação.

No confronto entre o currículo prescrito e aquele que se desdobra em práticas no interior da escola, muitos aspectos são susceptíveis de estudos. Contudo, faremos breves recortes, contudo, pontuais, acerca das práticas curriculares, partindo das “falas” dos/as professores/as que, por sua vez, ressoam o “chão da escola”.

Formação de professores/as e trabalho docente

A formação acadêmica está muito distante das realidades das escolas. Parece que nossa formação é pensada para a própria universidade. Os professores das licenciaturas estão muito distantes das realidades do Ensino Básico (PROFESSORA O, DEZ/2010).

Na escola nós trabalhamos individualmente. Não um trabalho pensado coletivamente. Acabamos seguindo o livro didático, então as editoras definem a nossa linha político-pedagógica (PROFESSORA L, SET/2009).

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Na sala temos dificuldade em discutir assuntos como drogas, sexualidade e religiosidade, pois não temos formação suficiente e acabamos não tocando nesses assuntos. Muitas vezes, reproduzimos preconceitos (PROFESSORA G, DEZ/2010).
[...]a escola acaba promovendo a exclusão por conta da dissintonia existente entre as políticas públicas de inclusão e as práticas pedagógicas vivenciadas (PROFESSOR H, DEZ/2010).

Para Schenato (2010), as práticas curriculares a serem trabalhadas pelo/a professor/a em sala de aula estão diretamente relacionadas à sua decisão que, mesmo sendo convidado/a a seguir uma diretriz, fará momentos de aprendizagem à luz de suas crenças e convicções, o que equivale a dizer que a intermediação do conhecimento sempre trará muito do/a professor/a, “da sua formação, de seu preparo e da sua maturidade, de onde decorre a importância profissional desse indivíduo, que detém o poder de inferir no processo de formação humana” (SCHENATTO, 2010, p.01). Nesse aspecto Paraíso (2005, p. 4) afirma que as políticas educacionais se voltam para a confecção de currículos escritos e pouco investem na formação e qualificação do/a professor/a, para que possam “lançar aos currículos o olhar crítico imprescindível para questioná-lo, problematizá-lo e transformá-lo”.

Partindo dessa linha de raciocínio, compreendemos que um grande aspecto no desenvolvimento das práticas curriculares envolve a formação/qualificação dos/as professores/as. Assim pontuamos:

- As lacunas na formação do/a professor/a, seja inicial ou contínua, intervém no currículo e na organização escolar, produzindo, portanto, efeitos negativos nos desdobramentos das práticas;
- Há a necessidade de se evidenciar com precisão a função do/a professor/a, que as suas escolhas se façam presentes e não sejam impostas por outros/as ou



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

ignoradas e negligenciadas por alguns/mas deles/as, para que, dessa forma, possa construir sentidos próprios à sua prática pedagógica;

- A ausência, por parte da gestão, de compromisso com metas a serem alcançadas por um período mais longo é também um ponto que interfere significativamente no processo de organização escolar;
- As discussões entre secretaria, professores/as e comunidade escolar, de modo geral, são muito restritas e voltadas para questões de retenção ou aprovação do/a aluno/a. Na maioria das vezes, o papel da escola e do/a professor/a são remetidos à segunda ou terceira ordem.
 - **Conteúdos a serem trabalhados, os materiais, espaços e tempos utilizados**

A escola tem vários problemas: falta de material didático em quantidade e qualidade adequados à realidade dos alunos da zona rural; falta de tempo dos professores para planejamento coletivo e excesso de turmas para os professores do Segmento II (PROFESSOR J, NOV/2009).

Os alunos demonstram, em grande parte, desinteresse pelos conteúdos didáticos. A escola tem sido só sala de aula e atividades esportivas sem objetivo (PROFESSOR I, DEZ/2010).

Nos desdobramentos da proposta curricular fundamentada no ciclo, a escola se depara na prática com conflitos e contradições, com situações de aprendizado e não aprendizado, enfim, com questões que envolvem a concepção de ciclo, o compromisso com a educação, maiores investimentos e recursos materiais, dentre outros. Os dados apresentados pelos/as professores/as indicam uma forte carência na organização do trabalho escolar e apontam para uma urgência em se rever o modo de organizar a prática e o currículo no contexto escolar. Os programas governamentais, a incoerência no trabalho de alguns/mas



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

profissionais da educação, dentre outros fatores, vêm propiciando o “desmonte” da escola pública.

▪ Avaliação do processo ensino-aprendizagem

Hoje é dia do conselho de classe na escola e, quando paramos para analisar a condição do desenvolvimento cognitivo dos educandos, frente ao seu desenvolvimento nas relações de ensino aprendizagem, sentimos angústia por percebermos que algumas das dificuldades poderiam ser sanadas, caso houvesse um acompanhamento melhor da família e das instituições e/ou órgãos responsáveis (PROFESSOR R, DEZ/2010).

É... a prova Brasil é de fato uma agressão aos educandos, que são obrigados a responderem provas com tempos determinados. Sem respeito ao tempo e às especificidades dos educandos (PROFESSOR U, DEZ/2010).

Nossas salas de aula são repletas de alunos com diversas dificuldades. Um único instrumento de avaliação tem como dar conta dessa diversidade? Como trabalhar com as dificuldades individuais? (PROFESSOR Z, DEZ/2010).

Para Sobrinho (2002, p.67), “todas as avaliações produzem transformações. A questão é saber quais são as transformações operadas, a quem servem, quais valores afirmam e consolidam de modo consciente e intencional ou não”. A avaliação é uma atividade política que tem um papel fundamental no sistema educativo, nos programas educacionais e nas políticas públicas. Produz, dentre outras, mudanças nos currículos, nas configurações do sistema educativo, nas concepções e práticas de formação (SOBRINHO, 2010). Por isso, as funções da avaliação têm que ser compreendidas no contexto das mudanças educacionais e das mudanças econômicas e políticas mais amplas.

De acordo com os relatos dos/as professores/as, as avaliações, seja na instância micro, meso ou macro, exercem uma grande influência na proposta



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

pedagógica da escola. Impostas, muitas vezes, de cima para baixo e de fora para dentro, recusam a participação ativa da comunidade escolar, especialmente dos/as professores/as, e impedem um significativo compromisso/envolvimento destes/as com a própria proposta.

Se a proposta de ciclo enfatiza o/a aluno/a como um sujeito integral, considerando o seu contexto sociocultural, a sua história, as suas potencialidades, então, a avaliação e a prática pedagógica, de modo geral, devem se orientar a partir desse propósito. No entanto, no contexto prático, os processos avaliativos têm padecido de um grande distanciamento do/a aluno/a concreto. Observamos que, mesmo com a proposta de ciclo, a avaliação continua, muitas vezes, gerando zonas de discriminação e de “normalidades”, fundada numa epistemologia objetivista, que se orienta por determinações da secretaria de educação ou do próprio Estado.

Indicativos de Políticas Públicas e breves considerações

Consideramos, nos nossos estudos, o ciclo uma política curricular que requer uma nova cultura escolar. Essa nova cultura escolar pressupõe um educando como ser humano, que traz consigo uma história e experiências de vida significativas para o seu desenvolvimento. Borborema (2008, p. 52-54) ressalta que: “considerar a proposta educacional de ciclos como uma política curricular possibilita o entendimento de como o currículo tem sido considerado e utilizado como ponto de partida em busca de verdadeiras transformações na prática educacional”.

Perante as “vozes” dos/as professores/as da rede municipal de ensino de Vitória da Conquista, o que podemos “ver” nas escolas é um currículo que bem pouco se aproxima daquilo que se propõe; do prescrito. Como afirma Sacristán (1998, p. 86) “uma coisa é o currículo considerado como uma intenção, uma

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

prescrição que explica o que desejaríamos que ocorresse nas escolas e outra o que existe nelas, o que realmente ocorre no seu interior.

Compreendendo as políticas como “tanto o que é intencionado como o que é realizado”, (MOREIRA, 2007, p. 89) apresentamos, a seguir, alguns pontos relevantes no transcorrer do estudo realizado para que almejemos políticas públicas consistentes. A saber:

- Promover a formação de professores/as de forma integrada. Formação inicial e formação continuada nos “centros educativos” de trabalho docente. A formação continuada deve contemplar não somente os/as professores/as, mas todos os profissionais da educação;
- Às universidades, cabe o papel de promover a formação de professores/as mediante o trabalho conjunto com escolas da educação básica, realizando estudos e pesquisas que envolvam os/as educadores/as e aqueles que passam pela formação;
- Fortalecer o papel profissional docente, levando em conta as novas exigências profissionais. Para isso, faz-se necessário que os/as docentes sejam respeitados/as com condições dignas de trabalho e crescimento pessoal. Outro ponto importante é que sejam selecionados por meio de concursos que exijam qualidades fundamentais a um docente nos tempos atuais;
- Garantir a participação e atuação efetiva da coletividade docente no contexto escolar e na organização de propostas e projetos educativos por meio da organização de grupos de estudo. Sem a adesão dos/as educadores/as, da família e da sociedade, “nenhuma medida, por mais defensável que seja no plano político e pedagógico, logrará sucesso no domínio das práticas que têm impacto nos processos de mudanças sociais (BARRETO; MITRULIS, 1999, p. 47);



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

-
- Implementar ações que tornem o magistério uma profissão reconhecida socialmente;
 - Desenvolver “vínculos interativos” entre a Secretaria de Educação e os profissionais da educação, através de encontros, reuniões, oficinas, entre outros. À secretaria, cabe, dentre tantas outras funções, constituir quadros mais permanentes de professores/as nas escolas, para que assim possam trabalhar em equipe e desenvolver o espírito interativo e de cooperação.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Currículo, inovações curriculares e formação dos educadores**. In: Palestra na Faculdade de Educação da UFF, Niterói, 2004.
- BARRETO, E. S. de S.; MITRULIS, E. **Os ciclos escolares: elementos de uma trajetória**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 1999.
- _____. **Trajectoria e desafio dos ciclos escolares no país**. Estudos avançados, 15 (42), 2001.
- BORBOREMA, Carline D. L. **Ciclos como política curricular**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação da UFRJ, 2008.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. **Lei de diretrizes e bases para a educação nacional**. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Brasília: MEC/SEF.
- CUNHA, Emanuel Ribeiro. **Uma discussão sobre a viabilidade dos ciclos de formação**. Escola Cabana Belém, ano 4, n. 1, set. 2003.
- FERNANDES, Claudia de Oliveira. Fracasso escolar e escola em ciclos: tecendo relações históricas, políticas e sociais. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – Anped, 28, 2005. Caxambu. **Anais eletrônicos da Anped**. 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 7 out. 2005.
- KRUG, Andréa e AZEVEDO, José Clóvis de. Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo? In: SILVA, Luiz Heron da. (Org.). **Século XXI – qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis: Vozes, 2000.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

LEITE, Maria Iza Pinto de Amorim. **Méritos e pecados do ciclo no ensino fundamental:** análise da implantação do ciclo de aprendizagem nas escolas da rede municipal de Vitória da Conquista. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999. 272f.

_____. **Políticas Públicas municipais em educação:** Ciclo em Vitória da Conquista –BA/BR -1998 a 2010. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2010.

MOREIRA, Antônio Flávio B. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T da (Org.). **Territórios contestados:** o currículo e os novos mapas políticos e culturais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

PARAISO, Marlucey Alves. Currículo e Identidades: A produção de gênero, sexualidade e etnia na formação da professora. **Educação On-line.** <www.educacaoonline.pro.br>, 2005.

SACRISTÁN, J. Gimeno; PÉREZ GÓMES, A. I. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAMPAIO, Maria das M. F.; MARIN, Alda J. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, set/dez. 2004.

SCHENATTO, Bernadete Dal Molin. **Curriculo escolar e o artigo 22 do Estatuto do Idoso:** a experiência do Paraná. Relato feito no XVI Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia em Porto Alegre, jun/2010.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009):** do Provão ao SINAES. Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba: SP, v.15, n.1, março/2010.

_____. Educação e Avaliação: técnica e ética. In: SOBRINHO, José Dias. RISTOFF, Dilvo I. (Org.) **Avaliação Democrática:** para uma Universidade Cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Conselho Municipal de Educação. **Resolução N. 002/2009**, de 18 de fevereiro de 2009.